

OPINIÃO

A AVALIAÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO NO BRASIL E NA UFPB/ CURSO DE PSICOLOGIA

Maria de Fátima Baracuh(1)

Avaliar os alunos sempre fez parte do processo educativo, não que se tenha ao longo dos anos desenvolvido alguma aceitação pelo processo. As escolas o fazem há séculos. Entretanto, há um esforço por partes do MEC/Brasil nos últimos 10 anos no sentido de adequar-se ao resto do mundo, a nova ciência: da avaliação educacional com o objetivo de analisar a evolução das escolas e dos sistemas educacionais. Desde 1995, o Brasil logrou criar um satisfatório sistema de avaliação e informação da educação por meio da reestruturação do INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e com a realização de censos variados e testes de desempenho em todos os níveis de ensino. Criou uma cultura de avaliação, absorvida pela sociedade e referência para os gestores e analistas da educação brasileira.

Antigo Provão (partir do exame, passamos a dispor de mecanismos muito transparentes de informação à sociedade que se constituíram em poderoso sinalizador sobre a qualidade de cada um dos cursos superiores de nosso país), agora ENADE, tornou possível medir objetivamente, longitudinalmente e com eficácia os sistemas, as escolas, os diretores e os professores em relação ao que é um dos objetivos centrais da educação: a aprendizagem dos alunos. Através da avaliação do desempenho dos alunos se procura avaliar as próprias instituições educacionais e a eficácia de políticas nessa área.

Várias comissões se formaram em busca de conceitos e técnicas que tiveram de ser formulados e aperfeiçoados. Parece que se adotou conceitos universais sobre a própria aprendizagem. Pois para esses efeitos, seria inútil medir a aprendizagem dos conteúdos escolares, uma vez que eles podem variar entre países e sistemas de ensino ou mesmo entre escolas. Adotaram-se aqui os conceitos universais que foram aperfeiçoados e passaram a ser objetivamente medidos: as habilidades e competências cognitivas desenvolvidas pelos alunos, como resultado do processo educativo. Em seguida, foi necessário desenvolver teorias e

técnicas de medição dessas habilidades e competências que permitissem comparações intertemporais e inter-espaciais e, fazer uso da informática com os computadores. Unindo simplicidade de interpretação, armazenamento de dados, sem isso, seria impossível reunir os elementos para o desenvolvimento dessa ciência: a formulação teórica associada à possibilidade de comprovação empírica.

Nessa nova situação, muda tudo radicalmente em relação ao passado. A escola precisa ensinar a raciocinar, a desenvolver o pensamento crítico, a capacidade de pensar, de analisar e criticar, tais devem ser os grandes objetivos pedagógicos da escola na era do conhecimento. A “interdisciplinaridade”, a contextualização do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades e competências substituíram os velhos conteúdos de disciplinas estanques. Ler muito e escrever muito, essas são duas velhas práticas pedagógicas que têm uma atualidade cada vez maior e mais do que nunca devem estar presentes na escola.

Nesse contexto, assume importância crucial a montagem de sistemas nacionais de avaliação e de informações educacionais para subsidiar a elaboração de diagnósticos sobre a realidade educacional do Brasil e orientar a formulação de políticas nacionais voltadas para a promoção da equidade e a melhoria da qualidade. Os objetivos da avaliação educacional devem ser: medir o desempenho dos alunos em relação ao desenvolvimento de suas habilidades e competências e aos níveis de aprendizagem esperados; relacionar o desempenho dos alunos com fatores sócio-econômicos, comportamentais, pedagógicos e de organização da escola; desenhar políticas educacionais para melhorar o desempenho dos alunos; subsidiar o trabalho de planejamento dos sistemas de ensino e subsidiar o trabalho de planejamento escolar.

Num país das dimensões do Brasil, a avaliação no Ensino Superior por Curso feita pelo governo federal não deve ser universal, escola por escola. Para o dirigente nacional, o importante é identificar os problemas e deficiências dos diferentes sistemas de ensino para que as autoridades responsáveis nas outras instâncias federativas programem as medidas cabíveis. No plano federal, é importante que a avaliação produza um diagnóstico preciso e rigoroso dos problemas para cada sistema de ensino – Federal – Privado - estadual ou municipal – e para cada unidade da federação. Para isso, o mais adequado é um sistema de amostragem que pode ser cientificamente definido e no qual, questões como formulação dos itens de prova, sigilo da prova, homogeneidade da correção etc. podem ser rigorosamente controlados. Isso nem sempre é possível num exame que envolve centenas de milhares de

escolas e dezenas de milhões de alunos. Num sistema de aplicação universal para um país das nossas dimensões é impossível evitar que falhas nesses aspectos levem a uma perda de precisão nos resultados obtidos, anulando os benefícios do processo de avaliação. Essa é precisamente minha dúvida principal em relação ao Exame Nacional de Desempenho do Estudante, realizada pelo INEP no dia II de Novembro de 2006. Além disso, em sua divulgação foram comparados os resultados por sistemas de ensino, o que é tecnicamente errado, pois a adesão ao sistema foi obrigatória por parte das escolas e sistemas educacionais.

Avaliar Para Quê ?

A avaliação do Ensino Superior é complexa, difícil e cara. Envolve aspectos institucionais; a qualidade e a quantidade dos livros, equipamentos e materiais; a qualificação e dedicação de seus professores; a eficiência no uso dos recursos públicos; a produção acadêmica e científica; a contribuição para a reflexão crítica do desenvolvimento da sociedade; a qualidade dos cursos de graduação e dos profissionais que forma; a qualidade dos cursos de pós-graduação; a produção de teses e sua contribuição ao desenvolvimento científico e tecnológico do país; e a contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade.

A avaliação na graduação é muito complicada pela dificuldade de construir indicadores objetivos sobre a qualidade do ensino que resistam a interpretações subjetivas. Alguns indicadores indiretos - a relação professor/aluno, o tempo médio de graduação, a frequência dos alunos, as taxas de evasão escolar etc. - podem e devem ser utilizados. Outros, entretanto, como a produção científica da instituição, têm relação muito indireta com a qualidade dos cursos de graduação. O que interessa saber é o resultado do processo de ensino e pesquisa no Ensino Superior. O resultado da pós-graduação pode ser avaliado objetivamente pela produção científica. Na graduação é preciso avaliar a aprendizagem dos alunos.

Na minha opinião, a reação e mobilização da sociedade a partir dos últimos resultados do Provão, tornados públicos e disponibilizados na internet explica um lado positivo dessa avaliação. Observamos um sem-número de casos de instituições em que, por pressão de alunos e professores, desencadearam-se processos de revisão curricular, de modernização de métodos de ensino, de ampliação de bibliotecas, de reequipamento de laboratórios e de renovação do corpo docente. As empresas, por outro lado, passaram a considerar o resultado da avaliação nos processos de seleção de pessoal. De sua parte, os alunos que buscavam

ingressar no Ensino Superior passaram a levar em conta os resultados do Provão na escolha da faculdade a cursar: a procura nos vestibulares, medida pela relação candidato/vaga, caiu 40% nos cursos com pior avaliação, enquanto aumentou 20% nos que obtiveram conceitos altos.

Além do exame propriamente dito, os mesmos alunos e os coordenadores devem responder a um questionário no qual informam tanto seus dados pessoais e familiares, inclusive de caráter sócio-econômico, quanto expressam suas opiniões sobre o curso feito: a infra-estrutura acadêmica, a qualidade dos professores, o nível de exigência a que foram submetidos.

Infelizmente o ENADE parece não cumprir com as funções do antigo exame. Três são as diferenças cruciais:

- 1) O Provão era obrigatório e aplicado a todos os alunos que concluíam o Ensino Superior. Eles recebiam um certificado privado com seu resultado, comparando-o com o da média de sua turma e a média geral do país em sua carreira. Toda a sociedade, portanto, sabia que os profissionais formados a partir de determinado ano eram possuidores desse certificado. Isso garantia que todos fizessem a prova com o mesmo empenho é condição essencial para que qualquer exame tenha qualquer validade como elemento de avaliação comparativa de cursos. O ENADE faz uma amostra dos alunos aos quais se aplica o exame. Assim, não é mais possível saber se qualquer profissional prestou ou não o exame. Assim sendo, o aluno não tem mais estímulo para empenhar-se a fundo na prova e os resultados carecem, portanto, de qualquer poder de avaliação comparativa entre instituições.
- 2) O Provão era aplicado aos alunos dos últimos anos e, portanto, dava uma indicação da qualidade do conjunto do curso. Agora, no ENADE, se aplica exatamente o mesmo exame aos alunos do primeiro e do último ano de cada curso. No primeiro ano de realização do exame, se divulgou a média das duas notas. Dessa forma, o resultado do ENADE não representa nem a qualidade dos alunos que entram nem dos que saem das faculdades e, portanto, o resultado do exame não tem qualquer significado estatístico ou avaliativo. Para fazer frente a essa crítica, no corrente ano calculou-se um suposto “valor agregado” medido pela diferença entre as médias dos alunos do primeiro e do último ano. Cientificamente essa comparação carece de todo significado interpretativo. Nada assegura que os alunos que estão hoje ingressando numa determinada instituição representam o mesmo segmento de alunos que ingressaram quatro ou cinco anos antes.

A pretendida medição do valor agregado por cada instituição deveria ser feita pela comparação dos resultados do Provão com os obtidos no ENEM pelos mesmos alunos na época de seu ingresso na faculdade. O exame para os alunos do primeiro ano é, assim, totalmente desnecessário.

- 3) O Provão era anual e o ENADE é trienal. Um aumento na periodicidade do Exame seria justificável se nosso sistema de ensino superior fosse estável, apresentando uma baixa taxa de expansão. Sabemos que não é esse o caso. Os cursos novos podem demorar um tempo muito grande para serem avaliados no sistema de triênios.

Os alunos têm razão quando se negam a participar do ENADE ? Por outro lado, é preciso ter em mente que o desempenho dos alunos é um dos aspectos do processo educacional, mas não é o único, como se mencionou mais acima.

(1) Psicóloga, professora da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Coordenadora do Curso de Graduação em Psicologia. Doutoranda em Psicologia Social pela UFPB.